

SALUSTIANO, Maicon Luis Dias*

<https://orcid.org/0000-0002-7076-0801>

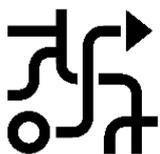
RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar e compreender como o homoerotismo na Antiguidade Clássica desempenhava um papel pedagógico na formação dos jovens cidadãos. No entanto, com o advento do Cristianismo, esses indivíduos homoeróticos e suas práticas sexuais foram alvo de condenação e perseguição ao longo da Idade Moderna. Busca-se, ainda, desmistificar a concepção de "heterossexualidade" como algo naturalmente divino para a humanidade. Além disso, sustenta-se a ideia de que os argumentos judaico-cristãos são insuficientes para categorizar uma parte da sexualidade humana, refutando assim os argumentos cristãos que consideram o homoerotismo como pecado. O objetivo é afirmar que o homoerotismo pertence ao amplo espectro da sexualidade humana, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva;

PALAVRAS-CHAVE: Homoerotismo; Igreja; Naturalidade.

ABSTRACT: This study aims to analyze and understand how homoeroticism in Classical Antiquity played a pedagogical role in the formation of young citizens. However, with the advent of Christianity, these homoerotic individuals and their sexual practices were the target of condemnation and persecution throughout the Modern Age. It also seeks to demystify the conception of "heterosexuality" as something naturally divine for mankind. Furthermore, it supports the idea that Judeo-Christian arguments are insufficient to categorize a part of human sexuality, thus refuting the Christian arguments that consider homoeroticism as a sin. The goal is to assert that homoeroticism belongs to the broad spectrum of human sexuality, promoting a broader and more inclusive understanding;

KEYWORDS: Homoeroticism; Church; Naturalness

* Graduando do curso de História, do 7º período, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL); Membro bolsista da Residência Pedagógica; Membro Não-Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET).



INTRODUÇÃO

Inicialmente, neste artigo, realizaremos uma discussão acerca do homoerotismo no período clássico, com a finalidade de compreender as relações homoeróticas. Visto que, desta forma conseguiremos entender como tais práticas foram, posteriormente, condenadas pela Igreja. Nessa perspectiva, utilizaremos como referências, autores como Keneth Dover, Paul Veyne, Luana Neres, Thiago Andrade e Paulo Vecchiatti. Assim, embasaremos nossas reflexões.

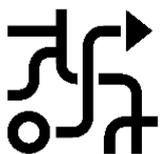
Para contestar o processo no âmbito da idade moderna, uma das principais referências é a autora Silvia Federici, que vai cooperar neste artigo acerca da perseguição cristã aos sodomitas por meio do movimento terrorista “Caça às Bruxas”. Ela compreende, em determinado momento do texto, como as mulheres não foram só degradadas, mas usadas como repressão, a fim de reprimir a sodomia em alguns locais da Europa, por exemplo, a França.

Faremos, ademais, uma análise sobre as questões de gênero, com o propósito de analisarmos como a Igreja (e os Estados europeus) se aperfeiçoou de um sistema binário de gênero, a fim de colonizar povos que o continente europeu julgava como subalternos. Para a elaboração dessa abordagem usaremos ainda autores como Luiz Mott e Estevão Rafael Fernandes.

Adicionalmente, faremos uso dos autores como Peter Fry e Macrae para promover uma análise acerca da compressão da homossexualidade. Abordaremos a presença da homossexualidade nos escritos religiosos, utilizando a obra de Nélio Schneider para fazer uma discussão essencial e, de certo modo, negligenciada. Pretendemos resgatar a história de sujeitos, com a finalidade de criticar o discurso que os condenavam, representados tanto pela Igreja quanto pelos Estados. É fundamental darmos voz e visibilidade a esses sujeitos, para buscar alternativas às narrativas hegemônicas.

1. O HOMOEROTISMO NO PERÍODO HELENÍSTICO E O CARÁTER SOCIAL DA PASSIVIDADE

Há registros de práticas homoeróticas desde a Antiguidade, vide o exemplo de o grande amor da vida de Sócrates ser um homem. Dover (2007) descreve Sócrates como adepto ao amor homoerótico, em que declara ainda que o sexo anal era uma forma de inspiração. Na Grécia ateniense, não se via o homoerotismo como um “desvio moral”,



tampouco natural, pois era restrito a ambientes cultos, sendo um privilégio dos bem-nascidos: os *aristhói* (aristocracia ateniense).

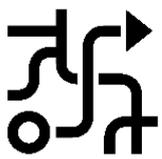
Iniciaremos nosso estudo da construção social do homoerotismo pela Grécia Antiga, onde ocorria de maneira pederasta. Tal prática (homoerótica), entre um homem mais velho e um jovem, era considerada, conforme os princípios da sociedade helênica, um ato pedagógico. Neste sentido, segundo Luana Neres (2013), os historiadores e historiadoras da atualidade devem se atentar ao fato de que o homoerotismo praticado na antiguidade é diferente do conceito de homossexualidade¹, havia por intenção uma prática pedagógica, portanto não é coerente fazer comparações a fim de “legitimar o comportamento homoerótico de grupos em nosso tempo, que muitas vezes tentem autenticar suas práticas buscando as respostas para suas perguntas em sociedades como a grega e a romana antigas” (NERES, 2013, p. 11). Por conseguinte, temos que ter certo cuidado ao compreendermos que o homoerotismo e a homossexualidade, embora sejam sexualidades sinônimas, possuem distinções no que se refere às suas práticas, o tempo histórico e o contexto social.

A forma mais comum de relações homoeróticas entre homens na Grécia Antiga era a pederastia. Os jovens, ao completarem 12 anos de idade, se tivessem seu próprio consentimento e a autorização de suas famílias, tornavam-se parceiros passivos até os 18 anos de idade. Dos 25 aos 30, por se tornar um homem, esperava-se que ele manifestasse o papel ativo, de acordo com Dover (2007).

Tratava-se, como já exposto, da relação homoerótica entre um homem mais velho e um adolescente. Em Atenas, o indivíduo mais velho era chamado de *erastes*, e sua função era a de proteger, amar e agir como um exemplo para seu amado - chamado de *eromenos*, cuja recompensa para seu amante estaria em sua juventude, beleza e potencial.

¹ O conceito de homossexual foi cunhado dentro de um discurso médico, em um momento em que a medicina tornou seu discurso hegemônico e o estabeleceu socialmente, provocados por uma intensa racionalidade e cientificidade provinda do séc. XIX, como aponta FRY e MCRAE (1991). Neste sentido, é fundamental compreendermos que, posteriormente (ao longo de todo séc. XX), esses sujeitos foram perseguidos pela medicina e a psiquiatria, e foram considerados doentes necessitados da cura. O que era 'homossexualidade' tornou-se 'homossexualismo', onde o sufixo *ismo* indica doença. Portanto, cabe o questionamento: os conceitos de homossexuais e homossexualidade provindas de um discurso que buscava exterminá-los ainda faz sentido no séc. XXI?

Por se tratar de uma discussão ainda em aberto, em determinados momentos do texto, utilizei o conceito de “homossexual” de maneira didática para se referir á conjunção de práticas amorosas/emocionais e sexuais entre pessoas do mesmo gênero a partir do séc. XIX.



De acordo com Halperin, Winkler e Zeitlin (1990, p. 18) havia protocolos sociais complexos, a fim de proteger os jovens da vergonha associada com o ato de serem penetrados sexualmente. Em outros termos, segundo os autores, o eromenos devia respeitar e honrar o erastes, mas não desejá-lo sexualmente. Embora ser cortejado por um homem mais velho fosse, consideravelmente, um rito de passagem para os rapazes, um jovem que fosse visto correspondendo o desejo erótico de seu erastes poderia sofrer um considerável estigma social. (ANDRADE, 2017, p.68)

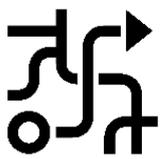
Na cidade-estado de Esparta, os responsáveis pelo jovem não eram os pais, mas, os seus erastes. Um aspecto comum entre sociedades guerreiras. Os guerreiros de 25 a 30 anos tinham o costume de manter um menino ao seu lado, com o objetivo de satisfazê-lo sexualmente, quando seus serviços militares não eram mais necessários, eles presenteavam os meninos com armas, um escudo e uma lança e, partiam e se casavam. Segundo Dover (2007), os gregos passavam por um momento homossexual e que em determinado momento suspenso, tornavam-se heterossexuais. Entretanto, ao pensar a questão da relação homoerótica na Antiguidade Clássica, em especial a Grécia Antiga, enquanto prática pedagógica significa compreender que estes jovens (eromenos) se tornariam mais velhos e que seu papel social passaria de eromenos á erastes, de passivo a ativo, de adquirir experiências á transmiti-las. Então, percebemos que apesar dos jovens atenienses passarem por um determinado período 'homossexual', eles não se tornavam 'heterossexuais', como pontuados por Dover, pelo contrário, há então uma bissexualidade reprimida no povo ateniense. Por conseguinte, Dover diz:

[...] a cultura grega diferia da nossa em sua aceitação da alternância de preferência homossexuais ou heterossexuais num mesmo indivíduo, e sua negativa implícita de que esta alternância ou coexistência criasse problemas específicos para o indivíduo ou para a sociedade (DOVER, 2007, p. 13).

Vecchiatti ressalta:

Já na cidade-estado de Esparta, cuja sociedade dava mais ênfase ao desenvolvimento militar do que ao cultural, a visão do amor entre homens tinha um enfoque um pouco diferenciado. Era ela estimulada dentro do exército espartano, para torná-lo ainda mais eficiente. Isso se explica por um simples fato: com a existência constante de relacionamentos homoafetivos dentro do exército, quando este ia para a guerra, o soldado estaria lutando não apenas por sua cidade-estado, mas igualmente para proteger a vida de seu amado, o que, obviamente, aumentaria o grau de dedicação do combatente. (VECCHIATTI, 2008, p.44)

Contudo, durante o período helenístico, é incorreto afirmar que o homoerotismo era bem aceito em todos os lugares. Em Roma, por exemplo, as relações homoeróticas entre pessoas de mesma idade eram consideradas antinaturais, pois, os homens que adotavam



a posição passiva, traíam sua masculinidade, que é requisito para o papel de cidadão ativo (CORINO, 2006, p.22).

Para Paul Veyne (1992), a mulher, na Grécia Antiga, era passiva por definição, logo, seu oposto (o homem) faz o papel ativo, pois é um ato viril. Neste sentido, a passividade masculina é proibida, condenada, repudiada, mas ao se tratar dos escravizados, era aceito. Veyne afirma que: “A mulher é passiva por definição, a menos que seja um monstro, e não é tida nem achada no assunto” (1992, p. 81). A passividade do escravo é aceita socialmente, pois este não é um cidadão romano, e é vislumbrado como um monstro.

A sociedade romana era explicitamente machista. Os homoeróticos passivos foram repreendidos, porque a passividade não seria natural em um homem livre, embora fosse no escravo, já que este se encontrava numa escala social inferior às mulheres.

O homoerotismo ateniense estava envolto em relações de poder, e são elas que vão determinar a naturalidade (ou não) das práticas. Ou seja, o sujeito homoerótico era naturalizado em Roma, mas o ato sexual não. Isso se dá devido a essas relações de poderes que desencadeiam um conjunto de sexualidade da população romana.

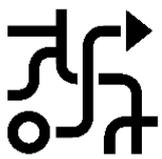
Percebemos que a passividade, sem exceção, é tida como um ato inferiorizado, portanto, nas mulheres, já colocavam justamente no patamar de inferioridade e submissão, enquanto nos homens era desonroso.

O homoerotismo sendo uma possibilidade da sexualidade humana é tanto reflexo do desprezo pelas mulheres, quanto pelas relações de poderes que se envolvem no vasto campo da sexualidade ateniense.

Deste modo, percebemos o caráter social do homoerotismo dentro do tempo histórico, ou seja, o homoerotismo no período helenístico é uma coisa, na Europa do fim do XIX, é outra.

Por fim, o homoerotismo ateniense tinha como finalidade a educação e a formação do caráter. Entretanto, o surgimento do cristianismo e a conversão da Grécia a este, culminou na proibição desta sexualidade e no fim da pederastia grega, instaurando a prática do preconceito contra os homens e mulheres que praticavam a sodomia, comportamento que hoje reconhecemos como homofobia, que vem se alastrando pelos séculos, até as sociedades ocidentais, de maneira cada vez mais agressiva e homicida.

2. A queda do Império Romano e o nascimento do Cristianismo



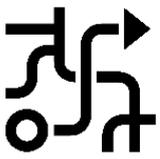
Segundo Pedro Paulo Funari (2004), fundada, segundo a lenda, em 753 a.C. Roma não era somente uma cidade, mas com a conquista, primeiro da Península Itálica e, posteriormente, de todo o Mediterrâneo, passou a designar o mundo dominado pelos romanos. Assim, tornou-se tanto uma antiga cidade quanto um império, abrangendo, em seu auge, territórios que se estendiam da Grã-Bretanha ao rio Eufrates, do Mar do Norte ao Egito.

Funari (2004) nos apresenta que a expansão cristã inicia-se com apóstolos (seguidores de Jesus) espalhando a crença de que um Salvador havia chegado ao mundo. Com esse “Evangelho”, em grego, começa-se a converter judeus que, também, falavam grego, pois estes eram mais suscetíveis a essa conversão, vide o exemplo do judeu Saulo que após a morte de Jesus, converteu-se ao Cristianismo e tornou-se seu grande pregador com o nome romano de Paulo. Ele pregou para além dos pobres da cidade de Jerusalém, para todos os homens, não somente judeus. Paulo viajou e pregou por todo o Mediterrâneo Oriental, porém, foi preso em 58 d.C.

Todas as camadas sociais, anteriormente submetidas pelos romanos, encontraram no Cristianismo uma esperança de vida melhor, na crença que Jesus retornaria para estabelecer o Reino de Deus e derrotar o anticristo, o imperador. Naquele momento, o Cristianismo era uma religião de explorados que acreditavam em uma revolução, na justiça e no paraíso.

Entretanto, embora Roma demonstrasse tolerância com diversas religiões, não houve a mesma postura diante do Cristianismo. Essa perseguição transcendia questões religiosas e adentrava o campo político, uma vez que, por ser um povo cristão monoteísta, se negava a aceitar um imperador como divindade. Essa atitude foi considerada extremamente perigosa, representando uma ameaça ao Estado Romano. Os romanos encaravam essa recusa aos Deuses romanos e ao imperador como um desafio à ordem estabelecida.

O gigantesco e poderoso Império Romano enfrentou consequências significativas decorrentes da posse de centenas de escravos, o que desencadeou inúmeras revoltas, resultando na crise do próprio Império. No entanto, a partir do século IV d.C., o Império Romano adotou uma postura de não oposição aos seguidores do cristianismo, estabelecendo alianças com eles como forma de se manterem no poder. O imperador Constantino, em 313 d.C., concedeu aos cristãos a liberdade de culto, aproveitando-se da situação e interferindo nas questões internas que dividiam os próprios seguidores dessa



religião. Para isso, convocou um concílio, uma assembleia que contou com a participação dos principais líderes religiosos cristãos, onde foram discutidas as diretrizes básicas da doutrina cristã. Pouco antes de sua morte, Constantino decidiu ser batizado.

A partir do instante que o Império Romano se tornou oficialmente cristão, Igreja e Estado começaram a confundir-se. Surgido entre os pobres, o Cristianismo passou a ser o alicerce do Estado romano, uma mudança radical na civilização romana ocorrida em menos de três séculos.

Funari (2004) conclui pontuando que o Cristianismo, agora, enquanto religião do Estado, passa a perseguir aqueles que cultuavam os antigos deuses, pois, enquanto religião oficial, aqueles que não o aceitassem estariam desafiando o poder.

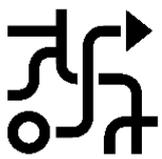
Assim, com o advento do Cristianismo e sua consolidação no seio do Estado, a Igreja emerge não apenas como uma instituição religiosa, mas também com um caráter político. Cabe a ela estabelecer as normas morais, os bons costumes e, ainda, os comportamentos sociais. É o surgimento dessa nova forma de governo e concepção de mundo que contribui para séculos de perseguição e assassinatos. Posteriormente, analisaremos como essas questões se desenrolaram.

3. A IGREJA E A ORIGEM DA SODOMIA

Na cultura cristã ocidental, a origem do conceito de sodomia surge das cidades míticas de Sodoma e Gomorra, as quais foram tomadas por atitudes consideradas não naturais, ou como Borrillo pontua: “[...] arquétipo de comunidades dominadas pelo pecado” (BORRILLO, 2013, p. 49). Podemos considerar que, para a Igreja, “sodomia” é uma prática antinatural, que não deve ser realizada, e seus praticantes – os sodomitas – devem ser punidos.

Segundo Coelho (2015), a instauração de uma ideia contrária ao homoerotismo se deve às prescrições do Antigo e do Novo Testamento. Neste caso, daremos enfoque ao Novo Testamento, como, por exemplo, as cartas paulinas.

O apóstolo Paulo é, certamente, o autor precursor que instiga a perseguição aos sodomitas. São Paulo de Tarso, autor de a Epístola aos Romanos escreve: Por tudo isso, Deus os entregou a paixões vergonhosas: tanto as mulheres substituíram a relação natural por uma relação antinatural, como também os homens abandonaram a relação sexual com a mulher e arderam de paixão uns pelos outros, praticando a torpeza homem com homem e recebendo de si mesmo a devida paga de seus desvios. (ROMANOS, 1, 26-27)



Para ele, a sodomia era vergonhosa e antinatural porque tais práticas não perpetuavam a continuação da espécie humana. O pensamento do apóstolo Paulo de Tarso ainda é muito utilizado, principalmente pela ala de uma política ideológica conservadora, que quer manter a “família tradicional” unida. O questionamento que surge é: qual é a família tradicional? Pois, na sociedade brasileira, por exemplo, a família que poderia ser atribuída como tradicional é indígena e poligâmica, o contrário, são ideias que foram trazidas da Europa, no período das Grandes Navegações, com o propósito de subjugar povos. No Brasil, de acordo com a análise de Monteiro (1994), os aldeamentos jesuíticos tinham como meta reestruturar as sociedades indígenas, apresentando uma solução articulada para as questões de dominação e trabalho dessas populações. No entanto, esse aspecto não é nosso foco principal, partindo, então, para nossa abordagem.

Precisamos compreender que a questão da antinaturalidade provém não de uma perspectiva da natureza, mas sim, do que é convencionalmente social ou não:

Natural não era o que decorria da natureza e sua dinâmica, mas o que estava de acordo com uma determinada tradição ou convenção social, independentemente dela remontar à criação. Por exemplo, 1 Co 11.4: “ A própria natureza não ensina que é desonra para o homem portar cabelo comprido?” Na compreensão moderna, diríamos que cortar o cabelo é interferir na dinâmica da natureza. Porém, na compreensão antiga, o cabelo comprido é antinatural para o homem, pois atenta contra a convenção social que estabelece uma diferenciação entre os sexos por meio desse instrumento. (SCHNEIDER, 1999, p.30)

Neste sentido, a sexualidade em si seria tida como natural porque era a vontade de Deus, como é exposto em Gênesis (1.26-28). Então, Deus havia criado o homem e a mulher com o propósito de perpetuar seus descendentes. Schneider (1999) diz que: “A sexualidade em função da procriação é vista como ‘natural’; isso naturalmente leva à rejeição de todas as formas de sexualidade que não estejam orientadas para a procriação” (SCHNEIDER, 1999, p. 30).

A Igreja, com seu discurso, perseguiu os sodomitas por mais de um século. O evento de cunho terrorista e social “caça às Bruxas” tem uma relação direta no que diz respeito a esses grupos. Ademais iremos abordar tal evento, para desvendarmos o que mudou no modo como a igreja passou a conceber as práticas homoeróticas para que ela condenasse, perseguisse e assassinasse tantos homens e mulheres.

O que de fato foi julgado pela Igreja foram as relações homoeróticas. Por que na antiguidade tal relação pedagógica é aceita e posteriormente, não?

À medida que o Cristianismo se expandiu e se tornou a religião oficial do Império Romano, a Igreja passou a exercer um papel importante na definição das normas sociais e morais. A partir desse momento, a condenação das relações homoeróticas começou a ser reforçada pela autoridade clerical e se tornou parte dos ensinamentos e doutrinas cristãs.

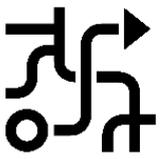
A Igreja buscava preservar e promover a visão da família como base da sociedade, com ênfase na procriação e na união entre homem e mulher. O homoerotismo era considerado incompatível com essa visão da família e da sexualidade humana.

3.1. A “CAÇA AOS SODOMITAS”

A caça às bruxas, segundo Silvia Federici (2017), foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade capitalista, pois essa perseguição terrorista debilitou a capacidade de resistência do campesinato, o que permitiu que as terras comunais fossem privatizadas. Conseqüentemente, tal fato desempenhou um papel fundamental na diferenciação entre homens e mulheres ao longo desse movimento terrorista e ao longo dos séculos subsequentes. Esse movimento, tanto terrorista quanto social, também perseguia os sodomitas. Segundo Federici (2017), frequentemente, os sodomitas eram sacrificados na fogueira juntamente com as bruxas. A caça às bruxas, de certa forma, era também uma busca pelos sodomitas, uma perseguição a tudo que contrariava as leis divinas, a tudo aquilo que não era concebido de maneira natural, segundo as leis de Deus.

A inquisição surge durante a Baixa Idade Média, um período em que houve diversos desvios da fé. Porém, na Idade Moderna, como afirma Samanta Piton Vargas (2010), a Inquisição não era mais propriamente da Igreja, e sim dos Estados Nacionais em formação. No primeiro capítulo do livro “Calibã e as Bruxas: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, intitulado “O mundo precisa de uma sacudida”, a autora Silvia Federici discute desde a ‘servidão como relação de classe’ até à ‘politização sexual e o surgimento do Estado’. Neste último a autora aborda como o Estado utilizou do sexo para integrar os trabalhadores mais jovens.

Os alvos principais foram as mulheres de classe baixa. Em Veneza do século XIV, os estupros em mulheres pobres dificilmente gerava conseqüências penais provenientes do Estado, embora tais conseqüências foram desastrosas para a classe trabalhadora e, em especial, às mulheres que raramente recuperavam seu lugar na sociedade (apud ROSSIAUD, 1988). Deste modo a classe trabalhadora se revolta, devido à falta de



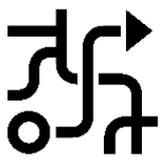
solidariedade do Estado para com as mulheres pobres. Segundo Federici, a sociedade francesa no final do séc. XV descriminalizou o estupro.

Tal violência, com o consentimento do Estado, foi um facilitador para a degradação das mulheres e emplacou diretamente numa distinção misógina. Esses crimes de estupro, regularizados e prorrogados pelo Estado, corroboraram para o nascimento da “caça às bruxas”, por causa da insensibilidade que nasceu na sociedade em relação ao universo feminino, portanto, tudo que se aproximasse da feminilidade e se distanciasse da masculinidade era criminalizado. (FEDERICI, 2004, p. 104).

Contudo, quando essas mulheres eram estupradas, ficavam violadas moralmente e, assim, a única solução era a fuga, partindo para outras cidades, ou à prostituição. O poder estatal se aproveita dessa “opção” das mulheres pela prostituição e institui oficialmente tal prática, a partir de bordéis municipais (FEDERICI, 2004, p. 105). A ironia contida anteriormente remete ao fato do estado ter preparado um terreno intencional para a falta de escolhas das mulheres, onde a prostituição foi usada como sua ferramenta comercial. Notamos que o corpo feminino foi diretamente tomado como propriedade privada governamental.

Chegamos num ponto chave para nossa discussão. Segundo Federici (2004), em Florença, a sodomia era extremamente popular. O Estado implementa os bordéis municipais com a finalidade, também, de erradicar a sodomia. Percebemos como ela é tão perigosamente vista por esta instância política, que os corpos das mulheres são usados como controle social para extinguir o homoerotismo da sociedade. Mas não somente, a acumulação primitiva do capital² para a Silvia Federici (2004) contribuiu para a disciplinarização dos corpos e para reprodução de trabalhadores de modo que a eleição de comportamentos inaceitáveis, que contrariassem esse processo, levou ao

² A acumulação primitiva do capital é um conceito mobilizado por Karl Marx (1867) para explicar o processo histórico do surgimento do capitalismo. Para ele, o modo de produção capitalista não se resume a uma simples divisão social do trabalho. A acumulação primitiva do capital é um processo violento de expropriação e exploração dos pequenos trabalhadores. Essa expropriação permitiu a criação de uma classe trabalhadora livre, despossuída dos meios de produção, que se viu obrigada a vender sua força de trabalho aos proprietários capitalistas em troca de salários. Ao mesmo tempo, os expropriadores tornaram-se proprietários dos meios de produção e acumularam capital por meio da exploração do trabalho assalariado. A acumulação primitiva do capital foi um processo violento e coercitivo, envolvendo a imposição de leis (ver THOMPSON, E.P. Introdução: A Lei Negra. In: *Senhores e Caçadores*. THOMPSON, E.P), violência estatal e mecanismos de controle social para disciplinar a força de trabalho. Essa etapa histórica foi crucial para a formação das bases do sistema capitalista e do desenvolvimento posterior das relações capitalistas de produção.



terrorismo contra mulheres e tudo que significasse feminino. Ela destaca como as mulheres foram submetidas à violência, perseguição e controle de seus corpos e reprodução como forma de garantir a reprodução da força de trabalho e a expansão do capitalismo.

Federici (2004) argumenta que as mulheres desempenharam um papel fundamental na acumulação primitiva, especialmente por meio da perseguição e demonização das chamadas "bruxas". Ela examina como a caça às bruxas no período do século XVI ao XVIII na Europa serviu para subjugar as mulheres, destruir formas comunitárias de organização e conhecimento e estabelecer uma nova ordem social baseada no trabalho assalariado e na divisão de gênero.

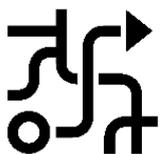
Com a Reforma, o Estado toma para si um poder político e social que antes era atribuído a Igreja. A partir daí a perseguição aos sodomitas não se dá por razões religiosas, mas também políticas.

A questão é que o homoerótico enquanto sujeito nem sempre é julgado. Segundo Veyne (1992), Platão dizia que o 'homossexual' não estava contra a natureza, e sim o ato sexual que ele praticava. Com a ascensão do Império Romano Cristão, os sujeitos homoeróticos e seus atos passam a ser condenados e perseguidos; a Igreja, junto ao Estado, não vai só condenar as práticas homoeróticas, mas também o sujeito.

Contudo, a perseguição a esses sujeitos se inicia justamente quando a Igreja (e os Estados em formação) entende que isto é antinatural, porém, em um sentido diferente da naturalidade na Antiguidade. Durante a antiguidade "... quando diz que uma coisa não é natural, um pensador da Antiguidade não se refere a uma coisa monstruosa, mas apenas quer dizer que ela não está conforme as regras sociais..." (VEYNE, 1992, p. 78). Isto é distinto do que ocorre na Idade Moderna. Assim, o homoerotismo não é natural, e sim uma perversão.

3.1.1. A QUESTÃO GÊNERO: UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA

Abordaremos como a noção de naturalidade, na perspectiva da Igreja, que visa entre tantas razões, condenar a homossexualidade ao argumentar que é antinatural, é improcedente. As relações homoeróticas na antiguidade, enquanto atos sexuais, foram naturalizados, desde que não houvesse o amor e a paixão. A Igreja torna-se responsável pela condenação de "pecado e crime" a estes sujeitos.



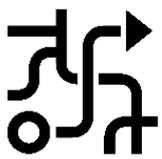
Entretanto, a homossexualidade é construída socialmente. Ela engloba um vasto campo, é uma variação de relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Fry e MacRae (1991) apontam que esta sexualidade tem diferentes significados em diferentes lugares, em diferentes momentos. Para eles, a educação dos pais está ligada ao comportamento de seus filhos através de mecanismos sociais; em outras palavras, de forma mais simples, desde o nascimento, meninas possuem um tratamento e meninos possuem outros, quando estes “desviam-se” desse comportamento, eles são reprimidos.

Os autores discutem sobre a tendência da sociedade que se acredita que os homossexuais masculinos e/ou femininos são biologicamente/psicologicamente tão diferentes dos heterossexuais, logo, a homossexualidade é mais um fator que é entendido de forma biológica/psicológica do que social. Daí surgem as “tendências naturais” (estereótipos), que o homossexual masculino é afeminado, enquanto a homossexual feminina é máscula, portanto, eles e elas recebem um status de uma condição não social, sendo naturalizado.

O gênero é construído e constituído socialmente, e se estabelece desde o nascimento. Naquele momento inicial, a sociedade identifica o sexo biológico da pessoa e lhe atribui uma cadeia de papéis sociais. Ao nascer, determina-se o sexo biológico como masculino ou feminino. Conseqüentemente, para os nascidos como meninos, a cor azul é associada, e vestir-se com roupas femininas, como vestidos, não é comum. Já para as meninas, a cor rosa é tradicionalmente atribuída e o uso de vestidos é uma característica esperada para esse sexo biológico.

Contudo, a noção de gênero (masculino e feminino), assim como os papéis sociais pré-determinados são construídos socialmente e historicamente, pois gênero não é estático, nele ocorrem mudanças dependendo do contexto histórico, do tempo e o lugar. Ser homem no século XVIII, no contexto do absolutismo na França, é diferente do que é ser homem na sociedade brasileira do século XXI, no contexto político caótico. Ser homem da elite no contexto francês era usar vestidos, maquiagens, perucas, porém, isto no Brasil atual seria repudiado, ridicularizado, porque, segundo a grande massa social, são coisas incomuns desse gênero. Deste modo, ser homem ou mulher, assim como os papéis sociais são construções da sociedade.

Biologicamente, qualquer pessoa pode modificar seu corpo para o sexo oposto, então, conclui-se que a biologia não é determinante, a homossexualidade é uma questão política e cultural (FRY; MACRAE, 1991).



A sociedade nunca duvidou da naturalidade da heterossexualidade. Ela foi normalizada durante a ascensão da Igreja (e depois, com sua fusão aos Estados em formação), ao mesmo tempo em que a homossexualidade era perseguida.

Luiz Mott (1995) nos mostra que, em 1613, no Brasil, ocorre o que é considerado como o primeiro caso de homofobia³ do país. Um indígena, conhecido como Tibira do Maranhão, foi executado por um missionário francês, pois em nome do Evangelho, o missionário considerou suas ações como aberrações.

Entretanto, os povos que viviam nas Américas não possuíam um sistema de gênero binário, isto é um ideal completamente europeu. Na cultura do Tibira do Maranhão, ele desempenha um “papel feminino”, e é algo culturalmente normalizado, como resultado, ele foi assassinado por povo com cultura distinta da sua. O ideal de gênero binário é uma ideia europeia.

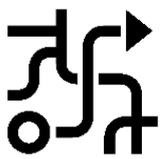
Nos Estados Unidos, a cultura indígena era habitada por “*two spirit*”. Ou seja, nos povos dessa cultura havia a definição de homem, mulher e pessoas habitadas por “*two spirits*”, que são indivíduos ocupados por “dois espíritos”, ou seja, havia nesta pessoa o “espírito masculino” e o “espírito feminino”, havendo também diferenças no grau. Porém, *two spirit* é também um movimento político:

Na prática, isso significou mais que uma mudança de denominação: assumir-se como dois espíritos não apenas foca no papel espiritual da pessoa - e não em suas práticas sexuais - como também significa uma crítica ao processo de colonização: parte considerável dos escritos produzidos por autores e ativistas *two-spirit* se assenta na análise e crítica aos processos de colonização que os estigmatizaram. Assim, o movimento organizou-se a partir de uma crítica ao aparato colonial moldada desde uma identidade pan-indígena e amparada por um discurso espiritual. (FERNANDES, 2017, p. 1).

O questionamento que podemos fazer a tal acontecimento é: como esperar que um sujeito de determinada cultura, onde tais questões de gênero e sexualidade são naturalizadas, entenda – na perspectiva europeia – que é um “pecado ou um crime” e que isso deve ser punido com a morte?

Nos Estados Unidos, surgiu Willian Dorsey Swann, considerado a primeira “*drag queen*” norte-americana. Willian era uma mulher liberta, arrancada da África, onde a cultura não adotava um sistema de gênero binário. Assim, ele se apresentava, arrastando

³ O conceito de homofobia foi utilizado aqui de maneira didática. Pois, este termo é criado no século XX, portanto, significa dizer que, no que tange ao período histórico do ato, os missionários não se compreendiam ou se entendiam como homofóbicos.



sua saia no chão, uma vez que na sua cultura, tal atitude era perfeitamente natural para um homem. Willian foi preso diversas vezes, sem compreender o motivo de sua detenção.

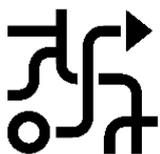
Assim, a concepção de um sistema binário de gênero não surge de forma intrínseca nas sociedades, sendo, na verdade, uma ideia imposta pela Europa através da colonização de culturas consideradas inferiores por esse continente. Por conseguinte, a noção de que a "heterossexualidade" é uma norma natural, conforme defendido pela Igreja, carece de fundamentos. De fato, outras regiões do mundo possuem modos de sexualidade que não se limitam a um sistema binário de gêneros.

Dessa forma, ao longo de toda a Idade Moderna, a Igreja empreendeu perseguições em nome de uma suposta naturalidade divina que, na realidade, não existe. Essa noção de suposta naturalidade, de origem europeia, foi disseminada como uma verdade incontestável ao longo dos séculos, contudo, deve ser veementemente repudiada de forma contínua.

A visão da Idade Moderna como um período histórico genuinamente moderno é problemática. Isso ocorre porque a ideia de "moderno" não é necessariamente sinônima de "novo", conforme apontado por Falcon (2010). Segundo esse autor, todos os períodos históricos possuem elementos de modernidade dependendo da perspectiva adotada. A transição da Idade Antiga para a Idade Média, por exemplo, trouxe consigo transformações nas estruturas sociais, o que nos permite considerar tais mudanças como sendo modernas. Portanto, conceber a Idade Moderna como um período inteiramente moderno e caracterizado por uma racionalidade absoluta é um mito. Foi durante esse tempo histórico que mulheres foram subjugadas, perseguidas e assassinadas, assim como os sodomitas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos entender como, na Antiguidade Clássica, as práticas homoeróticas eram naturalizadas no âmbito pedagógico. Entretanto, a partir do surgimento da Igreja, não só o sujeito 'homo', mas também qualquer tipo de prática inerente a isso fora considerada como pecado e, posteriormente, com o advento dos Estados Nacionais, um crime. A Igreja utilizou a seu favor o argumento natural e divino, porém eles são insuficientes.



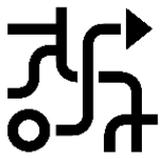
A sexualidade é um campo amplo da compreensão humana, todavia, o surgimento do Império Cristão reduziu todo este vasto campo em algo simples: homens, mulheres, todos e todas num sistema de gênero binário e heterossexista. A Igreja desprezou as dimensões plurais da sexualidade e empreendeu a perseguição a sujeitos que foram, injustamente, torturados e assassinados.

Foi tal perseguição terrorista, durante a Idade Moderna, que propagou das sociedades ocidentais ao resto do mundo o ideal de intolerância aos grupos homossexuais. É uma herança europeia que ainda nos assombra. De todo modo, precisamos nos desconectar desta perspectiva europeia, a fim de superar todo preconceito, o ódio e a intolerância.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Tiago Souza Monteiro de. O relacionamento homoerótico na Grécia Antiga: uma prática pedagógica. *Faces da História*, Assis-SP, v.4, nº2, p. 58-72, Jun.-Dez., 2017.
- BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2013.
- COELHO, Rafael Teruel. A tradição judaico-cristã e a homofobia: substratos ideológicos de um preconceito. *Revista Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 1, p. 169-172, 2015.
- CORINO, Luiz Carlos Pinto. Homoerotismo na Grécia Antiga: Homossexualidade e Bissexualidade, Mitos e Verdades. *Biblios*, Rio Grande, 19: 19-24, 2006.
- DOVER, Kenneth James. *A homossexualidade na Grécia Antiga*. Trad. Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2007.
- FALCO, Francisco José Calazans. *Contacto-Humanidades*. Rio de Janeiro, Fund. Cesgreiriano, 13, mar/77, pp. 10-11. Op. Cit. MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. *História Moderna através dos textos*. São Paulo, Contexto, 2010, pp. 11-14.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERNANDES, Estevão Rafael. Ativismo Homossexual Indígena: Uma Análise Comparativa entre Brasil e América do Norte. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015, pp. 257 a 294.
- FERNANDES, Estevão Rafael. Quando existir é resistir: Two-spirit como crítica colonial. *18º Congresso Brasileiro de Sociologia* 26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF) Grupo de Trabalho: Cultura, Crítica, Democratização.



- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MONTEIRO, John Manuel (1994). *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MOTT, L. R. B. *A Inquisição no Maranhão*. São Luis: EDUFMA, 1995.
- SCHNEIDER, Nélcio. "Homossexualidade" no Novo Testamento: Observações exegéticas e hermenêuticas. *Estudos Teológicos*, v. 39, n. 1, p. 27-35, 1999.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VARGAS, Samanta Piton. Antiguidade à perseguição dos conversos na Idade Moderna. *Revista Historiador*, n. 1, ano 03, julho de 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>
- VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. *Manual da Homoafetividade: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos*. São Paulo: Método, 2008.
- VEYNE, Paul. A homossexualidade em Roma. In: DUBY, Georges Duby; LE GOFF; ARIÉS, Philippe; MOSSÉ, Claude; FARIA, Ana Paula (org). *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Rio de Janeiro: Terramar, 1992.
- William Dorsey Swann: A História da primeira Drag Queen que nasceu na escravidão. *Esqrever*, 2021. Disponível em: < <https://esqrever.com/2021/10/18/william-dorsey-swann-a-historia-da-primeira-drag-queen-que-nasceu-na-escravidao/?amp=1> >. Acesso em: 27, Outubro de 2022.

FONTE

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 7ª Ed. São Paulo, 2008.

Recebido em 23/11/2022

Aprovado em 29/06/2023